



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: nº 0346/2018

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 008/2018

TIPO: Menor Preço Global

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, por intermédio da Presidente da Comissão de Licitação, Laila Cristina Pereira, realizará a licitação na modalidade **Tomada de Preços**, tipo **menor preço global**, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.

1.2. Esta licitação tem como fundamento a Lei 8.666/93 e visa principalmente o disposto no art. 3º: “... *garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos*”.

1.3. Local, data de Entrega da documentação e Sessão de Licitação: Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória – Departamento de Compras e Licitações – Praça Belo Horizonte, nº 22, Centro, SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, Telefone (35) 3524-0900, **às 08:00h do dia 31/07/2018**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data.

1.4. Integram o presente edital:

ANEXO I	Modelo de termo de desistência recursal
ANEXO II	Modelo de declaração – Inciso V, Art. 27 da Lei 8.666/93
ANEXO III	Declaração de inexistência de fato impeditivo da Habilitação
ANEXO IV	Declaração de enquadramento como ME e/ou EPP
ANEXO V	Declaração de cumprimento dos requisitos do Edital
ANEXO VI	Minuta do contrato
ANEXO VII	Modelo da proposta
ANEXO VIII	Termo de referência – teto máximo
ANEXO IX	Modelo de Declaração de não possuir servidor
ANEXO X	Modelo de Atestado de capacidade técnica
ANEXO XI	Modelo de Declaração optando por não fazer visita técnica.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente certame a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO**”



DOS ELEMENTOS ARTÍSTICOS E INTEGRADOS DA CAPELA DO ROSÁRIO: ALTAR-MOR, PIA BATISMAL, ARCO CRUZEIRO, BALAUSTRADA DA NAVE, BALAUSTRADA DO CORO, PISO DO CORO, ESCADA DO CORO E IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, BEM COMO PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS”, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação, quaisquer interessados, pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja consentâneo com o objeto desta licitação e que estejam cadastradas no Departamento de Compras, Licitações e Cadastros da Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória/MG até o **terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**; e que tenham condições de atender todas as exigências e especificações contidas neste Edital, bem como aos preceitos aplicáveis e exigidos pela Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

3.2 Estão impedidos de participar direta ou indiretamente deste certame:

3.2.1 As empresas:

- a) Estrangeiras que não funcionem no país;
- b) Que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) Que tenham sido declaradas impedidas ou inidôneas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- d) Suspensas de contratar com a o Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG.
- e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste procedimento licitatório;

3.2.2 Servidor, dirigente ou responsável pela licitação no âmbito do Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG.

3.3 A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital, dos Regulamentos Administrativos, das Normas Técnicas e principalmente, as exigências contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3.4 Da visita técnica: a visita técnica é condição para participação da licitação, a menos que o licitante declare expressamente que tem conhecimento de todas as informações e condições e locais para o cumprimento do objeto licitado. As visitas técnicas deverão ser agendadas previamente com a Secretaria de Infraestrutura no período de **23/07/2018 á 27/07/2018**.

4. DO CADASTRAMENTO

4.1 Para cadastramento do licitante, nos termos do item 3.1 deste edital, os interessados deverão comparecer na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO



BATISTA DO GLÓRIA/MG munidos da documentação definida no item 4.2, para na forma do da Lei 8.666/93, proceder ao cadastramento, **até o terceiro dia anterior a data da licitação.**

4.2 A documentação para cadastro e emissão do CRC Municipal é a que se segue:

- 4.2.1** **Registro comercial**, em caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica.
- 4.2.2** **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública da licitação, se outro prazo não for definido na própria certidão.
- 4.2.3** **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)**, vigente na data prevista para abertura da licitação;
- 4.2.4** **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 4.2.5** **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante**, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões;
- 4.2.6** **Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;**
- 4.2.7** **Prova de regularidade trabalhista**, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida pela Justiça do Trabalho, na forma dos artigos 27, inciso IV, e 29, inciso V, da Lei 8.666/93;
- 4.2.8** Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme inciso V, art. 27 da Lei 8.666/93;
- 4.2.9** **Cédula de Identidade** ou documento equivalente e **CPF** do (s) representante (s) legal da empresa;
- 4.2.10** **Certidão de Registro e quitação da empresa junto ao CREA/ CAU.**

5 DA HABILITAÇÃO

5.1 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado, trazendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0346/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018

5.2 Constar **OBRIGATORIAMENTE** os seguintes documentos:



5.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

- a) Registro comercial, em caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica.

5.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL (Art. 29 da Lei federal 8.666/93):

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - 1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - 2. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
 - 3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- e) Prova de regularidade trabalhista, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida pela Justiça do Trabalho, na forma dos artigos 27, inciso IV, e 29, inciso V, da Lei 8.666/93.
- f) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação, em conformidade com o Artigo 87 da Lei n.º. 8666/93 e alterações (Anexo III).
- g) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitido



pela Delegacia Regional do Trabalho ou pela própria empresa licitante, conforme Anexo II.

- h) Declaração de não possuir em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo vedados pelo Art. 9º da Lei 8666/93, conforme modelo do Anexo IX.
- i) A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar:
 - 1. Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, conforme o caso, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, datada no máximo de 60 dias, ou,
 - 2. Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, datada no máximo de 60 dias, ou,
 - 3. Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada da Declaração de microempreendedor individual, datada no máximo de 60 dias, ou ainda;
 - 4. Declaração formal, sob as penas da Lei acompanhada do documento legal hábil à comprovar a condição ME ou EPP, datada no máximo de 60 dias.

5.2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 da Lei 8.666/93):

- a) Certidão atualizada de registro e quitação da Pessoa Jurídica/empresa licitante expedida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com indicação do (s) responsável (s) técnico (s) da empresa.
- b) Certidão atualizada de registro e quitação do (s) Responsável (s) Técnico (s) da empresa licitante expedida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.
- c) Comprovante de inscrição na respectiva categoria de classe de trabalho do Responsável Técnico **com a apresentação da Carteira do CREA e/ou CAU.**
- d) Atestado de **capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando ter sido o profissional responsável técnico **por projeto executivo de restauração, conservação e reforma de bens tombados**, pertinentes e compatíveis com as características do objeto da presente licitação.
 - 1. O atestado deverá estar acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico do CREA e/ou CAU, comprovando a elaboração de projetos de igual ou maior complexidade.
 - 2. Considerar-se-á parcela de maior relevância técnica e valor significativo para atendimento das exigências deste certame



- convocatório, a elaboração de projeto e/ou serviços de restauração e reforma de bens tombados, inclusive conservação.
- e) Indicação da equipe e do pessoal técnico especializado adequado e disponível para a realização do objeto ora licitado, bem como qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (profissionais de nível superior e técnicos de nível médio).
- f) Comprovação da existência, em seu quadro permanente, de profissionais necessários à execução do serviço contratado e que comporão a equipe técnica devendo haver no mínimo:
- 1 (um) Arquiteto Urbanista com experiência na elaboração de projetos de características equivalentes ou superiores às do objeto, quais sejam: obras civis e de restauro em monumento com tombamento Federal, Estadual ou Municipal, detentor de atestado acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT. Este profissional será o responsável técnico registrado pela elaboração do projeto executivo de restauração..
- g) O profissional arquiteto urbanista deve ser habilitado conforme as atribuições dadas pela Lei nº 12.378 de dezembro de 2012 e Resoluções nº 21 do CAU/BR e Resolução nº 21 do CAU/BR e Resoluções nº 218 e nº 1010 do CONFA e/oi CREA.
- h) O profissional detentor de CAT – Certidão de Acervo Técnico - referente aos serviços objeto desta licitação deverá integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos e sua substituição só será admitida por outro que detenha as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos julgados relevantes e aceito pela Contratante.
1. A comprovação de que o profissional de nível superior com a responsabilidade técnica pertence ao quadro permanente da empresa, deverá ser através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, da ficha de Registro de empregados (FRE), contrato de prestação de serviços ou qualquer outra forma válida que demonstre o vínculo entre o profissional e a empresa.
 2. No caso do responsável técnico ser proprietário da empresa, a comprovação será através do Contrato Social da mesma.
- i) Comprovação de qualificação técnica do profissional Arquiteto, Urbanista ou Engenheiro Civil, com a apresentação da seguinte documentação:
1. Registro no CAU/Confea e/ou CREA;
 2. Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando ter sido o profissional responsável técnico **por elaboração de projetos executivos de restauração, conservação e reforma de bens tombados,** pertinentes e compatíveis com as



características do objeto da presente licitação, devidamente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).

- j) A exigência de experiência do arquiteto urbanista responsável técnico pelos projetos, tem como objetivo resguardar o bem tombado de intervenções feitas por profissionais sem o devido conhecimento das práticas de construção e suas interfaces com edificações de interesse cultural. Previnem-se assim, danos à edificação que possam resultar em perdas de sua integridade e originalidade.
- k) Comprovação de realização de Visita Técnica nos termos do Art. 30, III da Lei 8.666/93.
 - 1. Na impossibilidade da realização da Visita Técnica o licitante deverá apresentar declaração (modelo em anexo) de que tem conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto licitado.

5.2.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA (Art. 31 da Lei 8.666/93):

- a) Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no máximo 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública desta licitação, se outro prazo não for definido na própria certidão.

5.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

5.4 No julgamento da licitação, o (a) Presidente da CPL (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6 DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta de preço deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0346/2018
TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018



6.2 As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, e entregues da seguinte forma:

6.2.1 Impressa em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

6.3 Para a validade das propostas, as mesmas deverão obrigatoriamente, além dos requisitos exigidos no item 6.2.1, conterem:

6.3.1 Nome, número do CNPJ, endereço, e meios de comunicação à distância do licitante;

6.3.2 Prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

6.3.3 Conter a descrição detalhada dos itens e respectivos preços em valor unitário e total para o item/objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo VII, em moeda corrente nacional;

6.3.4 Prazo de execução do objeto, conforme estabelecido no Termo de referência(anexo VIII);

6.3.5 Condições de Pagamento, conforme estipulado no edital;

6.3.6 Para elaboração da proposta de preço, deverá ser observado o teto máximo para preços unitários e totais, definidos na Planilha Orçamentária de Custos anexo a este edital, não podendo a proposta de preços ultrapassar os valores unitários e totais, sob pena de desclassificação.

6.3.7 Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento/execução do objeto da presente licitação, inclusive todos os materiais que serão empregados na obra.

6.4 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que não estejam ressalvados.

6.5 Os critérios de julgamento e aceitabilidade da proposta são:

6.5.1 Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR PREÇO GLOBAL**



- 6.5.2 Não serão aceitas propostas com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerada aquela que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprobatória de que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- 6.5.3 Os preços unitários, subtotais e totais deverão ser expressos em reais, com até 02 (duas) casas decimais, sob pena de serem arredondados para baixo.
- 6.5.4 Os preços apresentados devem refletir os de mercado e compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como, impostos, tarifas, fretes, seguros e etc.
- 6.5.5 Não serão aceitos preços que ofereçam vantagens baseadas nas ofertas dos demais concorrentes, os excessivos ou os inexeqüíveis.
- 6.5.6 O preço máximo para o objeto deste certame é o constante no preço de referência, anexo do presente edital e será aferido depois de finalizada a fase das propostas comerciais.
- 6.5.7 O ônus da prova da exeqüibilidade do preço incumbe ao autor da proposta, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação.

7 DO PROCEDIMENTO

7.1 A licitação se procederá em três fases: protocolo, habilitação e proposta comercial.

7.2 Em sessão pública, no dia, horário e local indicados neste Edital, a Comissão Permanente de Licitações, dará início aos trabalhos, pela seguinte forma:

- 7.2.1 **PROCOLO DOS ENVELOPES** – até as **08h00min** do dia **31/07/2018**, diretamente com o Presidente da CPL, **na sala de Licitações do Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, à Praça Belo Horizonte, nº 22, Centro, na cidade de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG.**
- 7.2.2 **ENVELOPE 01 – (HABILITAÇÃO):** A abertura dos envelope **31/07/2018**, na sala de Licitações do Município de **SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, à Praça Belo Horizonte, nº 22, Centro, na cidade de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG.**
- 7.2.3 **ENVELOPE 02 – (PROPOSTA COMERCIAL):** A abertura dos envelopes relativos às propostas comerciais **dar-se após encerrado a fase de habilitação, transcorrido o prazo para interposição de recursos**, especificado no Artigo 109 da Lei 8.666/93.
- 7.2.4 **Observação:** **Havendo desistência expressa de todos os licitantes, por qualquer meio hábil, relativo a interposição de recursos especificados no item anterior, a abertura dos envelopes das Propostas Comerciais dar-se imediatamente (após o julgamento dos Envelopes 01);** sendo que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

os trabalhos de abertura e julgamento (Envelopes 02) serão também realizados na Sala do Departamento de Licitações e Cadastros da Prefeitura Municipal, à Praça Belo Horizonte nº 22, Centro, na cidade de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG.

- 7.2.5 No caso de haver inabilitação de qualquer licitante, importará na preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes, devolvendo-lhe o “Envelope 02”, devidamente lacrado;
- 7.2.6 A desistência do direito de interpor recursos deverá ser formalizada em declaração escrita, conjunta ou individual, de todas as licitantes, ou ainda na própria Ata da Sessão, ou ainda poderá ser enviada junto à documentação de habilitação, conforme Anexo II;
- 7.2.7 No caso de empate entre duas ou mais propostas e, após obedecido o disposto do parágrafo 2º do Art. 45 da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes, através de seus representantes presentes, serão convocadas, vedado qualquer outro processo;
- 7.2.8 Das reuniões para análise dos Envelopes 01 e 02, lavrar-se ata (s) circunstanciada (s), na (s) qual (s) serão consignadas eventuais reclamações, impugnações ou protestos interpostos por qualquer das licitantes, relativamente à outra(s) licitante(s) ou ao processamento da licitação, que poderão ser decididas de plano pela Comissão, sendo que a (s) ata (s) será assinada pela Comissão, pelas licitantes através de seus representantes e por quem mais interessar;
- 7.2.9 Os representantes das licitantes poderão examinar e analisar a documentação da habilitação e proposta comercial das demais licitantes;
- 7.2.10 A Comissão, no ato do julgamento das Propostas Comerciais, poderá solicitar, por escrito, esclarecimentos sobre a proposta de um ou mais licitantes, afim de real entendimento, prevalecendo sempre o que o licitante esclarecer por escrito;

8 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 Dos atos da Administração cabem recursos nos termos do Art. 109 da Lei 8.666/93.

9 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

9.1 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, conforme o caso, dentro do prazo de dois dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666/93 e deste edital.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



10.1 Poderá ficar impedida de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, a licitante que durante todo o procedimento licitatório:

- 10.1.1** Apresentar documentação falsa;
- 10.1.2** Ensejar o retardamento ou a procrastinação injustificada deste certame;
- 10.1.3** Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.4** Fizer declaração falsa;
- 10.1.5** Cometer fraude fiscal.

10.2 Além da sanção prevista no item anterior, a licitante está sujeita às seguintes penalidades:

- 10.2.1** Advertência;
- 10.2.2** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho ou para assinar o contrato, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida.
- 10.2.3** A aplicação das sanções previstas neste edital será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.
- 10.2.4** As multas serão creditadas à Conta do Tesouro do Município e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através de executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos seus encargos.
- 10.2.5** As demais penalidades referentes à inexecução total ou parcial do objeto deste certame são as elencadas no instrumento do contrato, conforme o caso, anexos deste Edital.

11 DO PAGAMENTO, DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

11.1 O Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG pagará à licitante vencedora o valor constante na sua proposta de preços, nestes já consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc).

11.2 Para as despesas decorrentes da presente licitação serão utilizados recursos próprios do município, consignados no orçamento vigente na seguinte rubrica orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
407	02.09.03.13.392.0009.2076.33903900

12 DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES À LEI COMPLEMENTAR 123/2006

12.1 Da identificação da microempresa ou EPP:

- 12.1.1** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração preferencialmente em separado dos demais envelopes, de



enquadramento no art. 3º da LC n.º 123, de 2006, conforme modelo anexo IV deste Edital.

12.1.2 A não entrega da Declaração de enquadramento de ME/EPP indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na LC n.º 123, de 2006.

12.2 Dos benefícios referente ao empate:

12.2.1 Verificada a ocorrência de empate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

12.2.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.3 Para efeito dos **benefícios referente ao empate**, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, **em querendo, poderá apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame.**

b) A microempresa ou empresa de pequeno que desejar apresentar nova proposta de preços nos termos do item acima deverá manifestar sua intenção, formalizando-a por correio eletrônico ou outro meio hábil, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da sessão da licitação, quando estiver presente, ou mediante comunicação do resultado via correio eletrônico que será instrumento hábil para intimação das licitantes neste certame.

b.1) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não tenha informado endereço de email na proposta de preços e/ou outro documento hábil, **a publicidade dos atos do certame se dará por meio da disponibilização no Quadro de Avisos do Município de São João Batista do Glória/MG.**

c) A microempresa ou empresa de pequeno porte **terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a manifestação para protocolar nova proposta de preços, sob pena de preclusão.**

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na lei, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor nova proposta.

e) O disposto acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

f) Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.3 Dos benefícios referentes à regularidade fiscal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

- 12.3.1** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 12.3.2** No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte e apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua declaração como licitante vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação.
- 12.3.3** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do respectivo Contrato, ou revogar a licitação.

13 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- 13.1.1** Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;
13.1.2 Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;
13.1.3 Demais exigências deste Edital e seus Anexos.

14 DA PUBLICIDADE

14.1 O aviso deste certame será publicado no Diário Oficial de Minas Gerais (art. 20, II Lei 8.666/93), Jornal Hoje em Dia (art. 20, III Lei 8.666/93 – circulação no estado) e Jornal Folha da Manhã (art. 20, III Lei 8.666/93 – circulação no município), como também, no quadro de avisos do Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG e disponibilizado por meio eletrônico através do site: www.gloria.mg.gov.br.

15 DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

15.1 Dos pedidos de esclarecimentos:

15.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento deverão ser enviados ao Presidente da Comissão de Licitação, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por Fax, para o telefone **(35) 3524-0900**, ou por meio eletrônico: licita.gloria@gmail.com.

15.3 Das impugnações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

3.4.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, qualquer cidadão poderá impugnar o ato convocatório respectivo e até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, qualquer licitante poderá impugnar o ato convocatório respectivo, mediante registro da petição impugnatória junto ao Departamento de Compras e Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG ou ainda poderá ser recebida pelo endereço eletrônico licita.gloria@gmail.com.

15.3.1 A Administração Municipal julgará e responderá a impugnação no prazo legal.

15.3.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

15.4 A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art.70, da Lei nº 8.666/93, sendo a subcontratação irregular, causa de rescisão contratual nos termos do Art. 78, VI da Lei 8.666/93.

15.5 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos.

16.2 As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3 O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

16.4 Todos os representantes das licitantes deverão permanecer na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva.

16.5 A presidente da comissão, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.6 Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros formais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos das demais licitantes.

16.7 A cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome do representado, desde que autorizado por documento de habilitação legal, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de um licitante. Referido representante poderá ser acompanhado por outras pessoas, que poderão assessorá-lo, sendo vedada a manifestação de qualquer natureza por essas outras pessoas.

16.8 Os documentos apresentados na licitação poderão ser apresentados através de qualquer processo de cópia, desde que autenticados por cartório competente, ou por



cópias juntamente com as originais, e que, após devidamente comprovadas pelo presidente da Comissão ou seus membros, farão parte do processo licitatório.

16.9 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

16.9.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

16.9.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim, quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

16.9.3 Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e

16.9.4 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.10 Não se admitirá posterior complementação da documentação.

16.11 O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste edital quanto às condições de credenciamento, proposta de preços e habilitação, implicará na desclassificação ou inabilitação da licitante, conforme o caso.

16.12 No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pela licitante, prevalecerá este último.

16.13 As licitantes poderão enviar os envelopes por correio ou outro meio semelhante, desde que entregues antes do início da sessão.

16.14 Reserva-se o Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG a faculdade de revogar, por razões de interesse público, ou anular, por ilegalidade a presente licitação, bem como, o direito de adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e/ou abertura das propostas, descabendo em tais casos qualquer indenização às licitantes.

16.15 Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

16.16 É facultado a Presidente da Comissão ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

16.17 É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão de licitação.

16.18 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato.

16.19 Os casos omissos e dúvidas com relação a presente licitação e a este EDITAL serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações.



16.20 O contrato, oriundo desta licitação, terá vigência por um período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

16.21 Informações adicionais poderão ser prestadas pelo telefone **(35) 3524-0900**, de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00h às 17:00h, ou pelo email: licita.gloria@gmail.com.

São João Batista do Glória/MG, 05 de julho de 2018.

**Laila Cristina Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação**



ANEXO I

MODELO DE TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018

Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem através deste, **renunciar** expressamente a eventual direito de recurso administrativo quanto à decisão na fase de habilitação e **autoriza** a imediata abertura dos envelopes referente às Propostas Comerciais, bem como a competente adjudicação e homologação do processo licitatório.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local e data

**Assinatura de representante legal
Carimbo de CNPJ**

Declaração Optativa: ressaltamos que a desistência do prazo recursal não é obrigatória, pelo contrário, constitui uma prerrogativa para o fornecedor/licitante participante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA**

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018

Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

A _____, inscrita no CNPJ sob o
nº _____, com sede à
_____, neste ato representada por
_____, inscrito no CPF sob o nº
_____ e RG nº _____ SSP/_____,
(nacionalidade) _____, (estado civil)
_____, (profissão) _____ residente a
_____, **DECLARA** para fins do disposto no
Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor
de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

() Sim

() Não

Local e data

**Assinatura de representante legal
Carimbo de CNPJ**



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018

Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

Declaro, sob as penas da lei, a inexistência de fatos impeditivos que obstaculizem a habilitação no **Tomada de Preços nº 008/2018**, da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

**Assinatura de representante legal
Carimbo de CNPJ**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA**

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018
Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que *cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.*

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

**Assinatura de representante legal
Carimbo de CNPJ**



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018
Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

Eu _____, portador do RG _____ e
CPF _____, representante devidamente constituído da
empresa _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____, com sede à
_____, **DECLARO** cumprir plenamente os
requisitos de habilitação constantes do Edital de **Tomada de Preços nº 008/2018**.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

**Assinatura de representante legal
Carimbo de CNPJ**



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO n°

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 18.241.778/0001-58 com sede administrativa na Praça Belo Horizonte, n° 22, na cidade de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA– MG, neste ato representado pela **Prefeita Municipal a Sra. Aparecida Nilva dos Santos**, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o n° xxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade RG n° xxxxxx, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado e, do outro lado, _____, com sede na cidade de _____ Estado do _____ - à Rua _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, representada por _____ no final assinado(a) doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a **Tomada de Preços n° 008/2018, Procedimento Licitatório n° 0346/2018**, em conformidade com que preceitua a Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os Contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- I. Este contrato tem como fundamento a Lei 8.666/93 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.
- II. O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, especialmente os casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.
- III. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei n° 8.666, de 21 de Junho de 1993 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **Tomada de Preços n° 008/2018**, vinculando-se ao referido Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

- I. Constitui objeto do presente certame a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO DOS ELEMENTOS ARTÍSTICOS E INTEGRADOS DA CAPELA DO ROSÁRIO: ALTAR-MOR, PIA BATISMAL, ARCO CRUZEIRO, BALAUSTRADA DA NAVE, BALAUSTRADA DO CORO, PISO DO CORO, ESCADA DO CORO E IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, BEM COMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**”, nos termos do **Procedimento Licitatório n° 0346/2018, Tomada de Preços n° 008/2018**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO

I. O contrato terá vigência por um período **12 (doze) meses**, com termo inicial em ___/___/___ e termo final em ___/___/___, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e Legislações pertinentes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

I. Os serviços deverão ser executados nos exatos termos do edital da Tomada de Preços nº 008/2018 e seu Termo de Referência.

II. A execução do objeto deverá ser iniciada imediatamente após a autorização do Município.

III. O prazo de execução total do serviço será de 06 (seis) meses após a solicitação (Ordem de Serviço) para o serviço.

IV. São requisitos mínimos para prestação dos serviços o atendimento ao disposto nos artigos 28 a 30 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I. A Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$.....(.....)**, no qual já estão inclusos todos os tributos e encargos sociais, bem como, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto do presente contrato, conforme Proposta Comercial da licitação **Tomada de Preços 008/2018**.

II. O pagamento será efetuado em parcela única, após a entrega do projeto executivo concluído, bem como planilha orçamentária;

III. O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(s) e conseqüente aceitação da(s) mesma(s).

IV. No valor do pagamento estão inclusos todos os custos com materiais e mão de obra, bem como todos os encargos que por ventura possa recair sobre a execução do objeto, inclusive impostos, taxas e encargos trabalhistas.

V. Caso verifique irregularidades na emissão da(s) **Nota(s) Fiscal(s)**, será feita a devolução e solicitada outra(s) **Nota(s) Fiscal(s)**, ficando, sem qualquer custo adicional para a Contratante que prorrogará o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

VI. A (s) Nota (s) Fiscal (s) referente ao objeto desta licitação, deverá ser emitida em nome do Município de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 18.241.778/0001-58

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE



I. O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da vedação contida no §1º do art. 2º da Lei Federal n. 10.192/2001 e somente será admitida, nos limites da Lei a recomposição de preços de que trata o art. 65, II alínea, “d”, da lei Federal nº 8666/93 e ulteriores alterações.

II. Na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, porem de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa vencedora e a retribuição do Município para justa remuneração do serviço, poderá ser revista, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, para recomposição dos preços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. As despesas decorrentes do presente contrato são oriundos de recursos próprios do município, consignados no orçamento vigente na seguinte rubrica orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
407	02.09.03.13.392.0009.2076.33903900

CLÁUSULA OITAVA

DAS OBRIGAÇÕES

I. Do Contratante

- a)** Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b)** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- c)** Exercer a fiscalização da execução e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, através da servidora Simone Soares Rosa Santos.
- d)** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- e)** Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos no Contrato.

II. Da Contratada

- a)** A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou



subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

- b)** Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato;
- c)** Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, a qualidade do objeto ora contratado, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes do contrato.
- d)** Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- e)** Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- f)** Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- g)** A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da Lei nº 8.666/93, sendo a subcontratação irregular, causa de rescisão contratual nos termos do Art. 78, VI da Lei 8.666/93.
- h)** O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- i)** Entregar ao município o(s) projetos executivo(s) de restauração dos elementos artísticos integrados da capela do Rosário e a(s) planilhas orçamentária(s) em 02 vias impressas e 01 via em arquivo digital, formato CAD, bem como RRT-CAU.

CLÁUSULA NONA

DA RESCISÃO

I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as conseqüências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA CLÁUSULA PENAL

I. O atraso e inexecução parcial ou total do contrato caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

- a)** Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- b)** Multas, na forma da Lei;
- c)** Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.

II. A multa poderá ser aplicada, após regular processo administrativo, garantida a previa defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, e, em especial, nos seguintes casos:



- a) Recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;
- b) Recusa de executar o objeto, multa de 10% (dez por cento) do valor total;
- c) Execução dos serviços em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade, rendimento, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto.

III. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

I. A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos na **Tomada de Preços nº 008/2018**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto á obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o Art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

II. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Passos/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, perante as duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG, de de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA
CNPJ: 18.2417780001-58
APARECIDA NILVA DOS SANTOS - PREFEITA
CONTRATANTE

CNPJ:
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF



**ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018
 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0346/2018
 TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
 RAZÃO SOCIAL:
 CNPJ:
 INSCR. ESTADUAL:
 ENDEREÇO:
 TELEFONE/FAX:
 Email:

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO DOS ELEMENTOS ARTÍSTICOS E INTEGRADOS DA CAPELA DO ROSÁRIO: ALTAR-MOR, PIA BATISMAL, ARCO CRUZEIRO, BALAUSTRADA DA NAVE, BALAUSTRADA DO CORO, PISO DO CORO, ESCADA DO CORO E IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO BEM COMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, Tomada de Preços nº 008/2018.**”

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO GLOBAL
UNICO	Elaboração de projeto executivo de restauração dos seguintes elementos artísticos: Altar-mor, Pia Batismal, Arco Cruzeiro, Balaustrada da Nave, Balaustrada do Coro, Piso do Coro, Escada do Coro e Imagem de Nossa Senhora do Rosário, bem como planilha orçamentária.	R\$
Valor global:	R\$	

VALOR TOTAL/GLOBAL DA PROPOSTA: R\$,..... (.....)

Nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, ISSQN, IRRF se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre a execução do objeto da presente licitação, inclusive os maquinários, mão de obra, materiais, serviços, transportes, carga e descarga que serão empregados.

Prazo de validade da presente proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que esta proposta, nos termos do Edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei 8.666/93 com suas alterações.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA – TETO MÁXIMO

Objeto: Termo de Referência para “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO DOS ELEMENTOS ARTÍSTICOS E INTEGRADOS DA CAPELA DO ROSÁRIO: ALTAR-MOR, PIA BATISMAL, ARCO CRUZEIRO, BALAUSTRADA DA NAVE, BALAUSTRADA DO CORO, PISO DO CORO, ESCADA DO CORO E IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO BEM COMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**”, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos.

Fundamentação: Conforme Lei 8.666/93 e Instruções Normativas do TCE/MG apresentamos Termo de Referência com Teto Máximo de preços para a contratação do objeto abaixo discriminado.

Finalidade: Esta contratação visa principalmente: “... *garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos*”.

Do teto máximo:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO/ UNITÁRIO
UNICO	Elaboração de projeto executivo de restauração dos seguintes elementos artísticos: Altar-mor, Pia Batismal, Arco Cruzeiro, Balaustrada da Nave, Balaustrada do Coro, Piso do Coro, Escada do Coro e Imagem de Nossa Senhora do Rosário, bem como planilha orçamentária.	R\$ 39.206,40

Recurso orçamentário: os recursos a serem utilizados para custeio das despesas da presente contratação serão oriundos de recursos próprios do Município de São João Batista do Glória/MG consignados no orçamento vigente nas seguintes rubricas orçamentárias:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
407	02.09.03.13.392.0009.2076.33903900



Prazo de vigência: O prazo de vigência será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado em situação excepcional devidamente motivada.

O prazo de execução será de no máximo 06(seis) meses.

Do recebimento do objeto: Após a conclusão dos trabalhos a contratada deverá apresentar o(s) projeto(s) executivo(s) de restauração dos elementos artísticos integrados da capela do Rosário e a(s) planilhas orçamentárias em 02(duas) cópias impressas e 01(uma) via em arquivo digital, formato CAD, bem como RRT-CAU.

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado após execução do contrato, depois de seu recebimento e aceitação pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente certificada pelo setor competente. **Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.**

Teto máximo: O preço de referência constitui teto máximo para a contratação do objeto. Assim sendo, a licitação não poderá ultrapassar os valores globais estipulados, conforme disposto no Art. 40, X da Lei 8.666/93.

Fiscalização dos serviços: O objeto será fiscalizado pela Secretaria de Educação do Município de São João Batista do Glória/MG, através de sua secretária Simone Soares Rosa Santos.

Disposições Finais / Informações Complementares: Dúvidas sobre os orçamentos e ou especificação de produtos e demais necessidades, estaremos à disposição para esclarecimentos.

São João Batista do Glória/MG, 05 de julho de 2018.

Laila Cristina Pereira
Presidente CPL



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018

Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

A empresa _____, inscrita no
CNPJ sob o nº _____, com sede à
_____, DECLARA que:

a) não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;

b) não é o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica e não é empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

c) não possui nenhuma das vedações do Art. 9º da Lei 8666/93.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA**

CNPJ: 18.241.778/0001-58 Inscrição Estadual: Isento
Praça Belo Horizonte, 22 - Telefax (35) 3524-0900
Centro - CEP: 37.920.000 - São João Batista do Glória/MG

ANEXO X

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018

Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

Objeto: Constitui objeto do presente certame a “*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO DOS ELEMENTOS ARTÍSTICOS E INTEGRADOS DA CAPELA DO ROSÁRIO: ALTAR-MOR, PIA BATISMAL, ARCO CRUZEIRO, BALAUSTRADA DA NAVE, BALAUSTRADA DO CORO, PISO DO CORO, ESCADA DO CORO E IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO BEM COMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA*”.

Empresa:

_____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____, com sede à
_____, neste ato representada por
_____, inscrito no CPF sob o nº
_____ e RG nº _____
SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil)
_____, (profissão) _____ residente a
_____.

Atestamos para os devidos fins, que o Sr. _____, pessoa física inscrita no CPF sob o número _____ e RG número _____, residente e domiciliado _____, _____, bairro _____, na cidade de _____, telefone _____, representante legal da empresa _____ acompanhou-me em Visita Técnica, conforme consta no Processo supra identificado.

Assim sendo, tomou conhecimento dos locais e todas as demais condições para a execução do objeto do certame.

São João Batista do Glória/MG, de de 2018.

Município de São João Batista do Glória – CNPJ: 18.241.778/000158
Secretaria Municipal e Infra Estrutura

Razão Social – CNPJ:
Representante da Empresa



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO OPTANDO POR NÃO FAZER VISITA TÉCNICA

Procedimento Licitatório: nº 0346/2018

Modalidade Tomada de Preços: nº 008/2018

A empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à
_____, neste ato representada por
_____, inscrito no CPF sob o nº _____
e RG nº _____
SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil)
_____, (profissão) _____ residente a
_____.

DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º346/2018, Tomada de Preços 008/2018 que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

São João Batista do Glória/MG, de de 2018.

Razão Social – CNPJ:
Representante da Empresa